

Título - 7 Carteira e currículo na al-
patização de adultos

autor - 7 Orlando G. G.

ano - 7 1993

MOVIMENTOS POPULARES E PREFEITURA

PARCERIA E CONFLITO NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Orlando Joia

No início deste ano, uma passeata na Avenida Paulista (região central de São Paulo) chamou a atenção para um assunto relativamente ausente da mídia: as disputas em torno de orientações da política educacional. Tratava-se de ato público em protesto contra atitudes do governo municipal em relação ao Movimento de Alfabetização de Adultos de São Paulo (Mova)

Esse programa educativo, criado e implantado na gestão municipal anterior, via-se ameaçado pela retirada do apoio do Poder Público. O caso do Mova merece atenção por tratar-se de ação empreendida conjuntamente por governo e organizações da sociedade civil, na perspectiva de enfrentamento em grande escala do problema do analfabetismo.

O que é o Mova. Quando Luiza Erundina de Souza tomou posse em 1989, algumas condições propícias se apresentavam ao início de um programa de grande alcance no campo da alfabetização de adultos na cidade de São Paulo. A presença



Visão panorâmica do ato público

J. Barrozo / Diário Popular

de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação gerava expectativas, e a demanda por alfabetização de adultos existia.

A maior cidade da América do Sul exibe o título de “capital brasileira dos analfabetos”. Dentre os habitantes com 10 anos ou mais de idade em 1980, 9,6% eram analfabetos, o que vale dizer que 645.100 não eram capazes de “ler e escrever um bilhete simples”. Mais de uma década depois, estima-se que o contingente total de analfabetos aproxime-se de um milhão de pessoas.

No âmbito da sociedade civil, a alfabetização de adultos, organizada fora do sistema de ensino oficial, não era novidade. Em muitas comunidades de base, igrejas, as-

A concepção de uma parceria entre governo municipal e organizações da sociedade civil é uma das peculiaridades do Movimento de Alfabetização de Adultos de São Paulo

sociações de moradores e sindicatos funcionavam classes regidas por uma idéia de alfabetização que ultrapassa o mero sentido de decifrar letras. Em sua maioria, essas experiências vinham atendendo a pequenos grupos, sem maior articulação entre si e sem apoio oficial, embora nos anos de 1980 muitas delas tenham empreendido ações de maior envergadura e experimentado alguma colaboração com órgãos governamentais.

O Mova tomou forma durante o ano de 1989, ao lado de outras frentes de atendimento ao jovem e ao adulto desescolarizado levadas a efeito por meio da rede de escolas municipais.

Algumas peculiaridades do Mova colocam-no em evidência. A primeira é a sua concepção como “parceria” entre governo municipal e organizações da sociedade civil. A Prefeitura se responsabiliza pelo financiamento e controle do programa, capacitação dos educadores, fornecimento de subsídios e material didático — ou seja, a orientação pedagógica no seu plano geral. As entidades de base local firmaram convênios com a Prefeitura, pelos quais esta repassa mensalmente recursos financeiros proporcionais ao número de classes para ajuda de custo de monitores, supervisores e despesas de infra-estrutura e administração. Às entidades cabe ainda providenciar locais, mobilizar os interessados, indicar monitores e supervisores entre seus militantes ou associados.

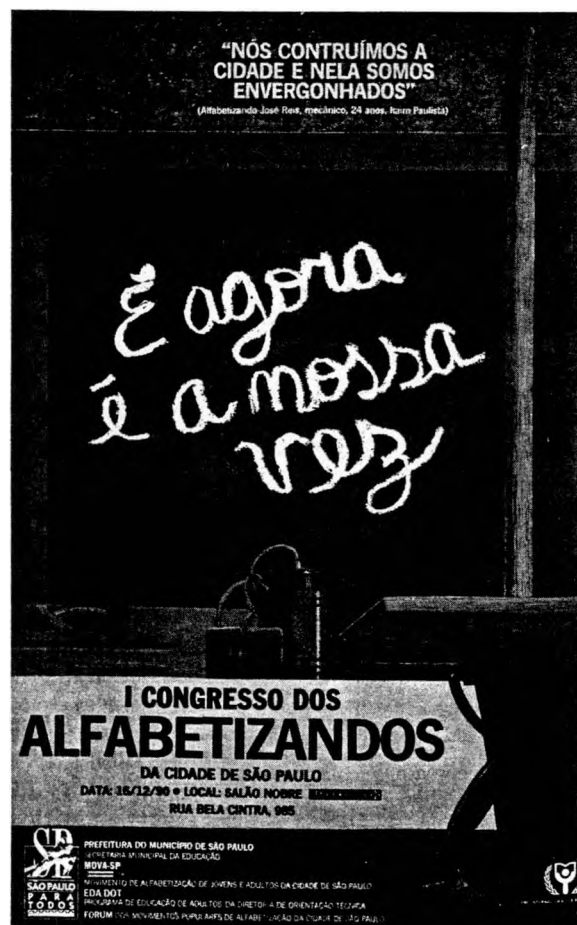
O modelo adotado pelo Mova implicava ainda o compartilhamento da gestão do programa. As entidades que mantinham convênio com a Prefeitura organizaram-se em fóruns regionais e em um fórum municipal. Este realizava sessões periódicas com os responsáveis da Secretaria de Educação e participava ativamente das decisões relacionadas aos rumos do programa.

Resultados. O programa ampliou-se rapidamente: atendia a 9.061 alunos em julho de 1990, passando a 18.766 em junho de 1992, em cerca de mil classes distribuídas por toda a cidade. Dentre os educandos, 60% eram mulheres e quase 30% tinham até 21 anos;

72% conheceram o programa por meio de amigos e parentes; 30% declararam que não sabiam ler e escrever nada ao darem entrada nas classes e 46% deles não sabiam fazer operações aritméticas simples.

As classes são geridas por 74 entidades diferentes: centros comunitários, obras sociais, igrejas, associações culturais, de mulheres, de moradores, de educadores, de trabalhadores, de direitos humanos etc.

Além da significativa dimensão quantitativa, os núcleos do Mova localizam-se em bairros afastados, em que poucos equipamentos públicos estão presentes. Para muitos jovens e adultos que nunca foram à escola, especialmente as mulheres, a proximidade entre a escola e o local de moradia é um fator decisivo no acesso à educação.



O programa adquiriu um forte sentido comunitário, não somente por depender de ação solidária do Poder Público e das organizações comunitárias. A classe funciona no local em que a pessoa mora, é vinculada à entidade que ela reconhece, os monitores pertencem à comunidade, os colegas são seus iguais.

Em pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Educação em 1992, 47% dos alunos entrevistados responderam que a participação no Mova possibilitou “fazer mais amigos”, além de “melhorar o relacionamento familiar”, “participar da comunidade” e adquirir habilidades como “orientar-se melhor na cidade”.

Como programa destinado aos excluídos do acesso à escola básica, o Mova seleciona conteúdos de ensino, adota procedimentos pedagógicos e critérios de funcionamento flexíveis, adaptados às possibilidades e às características dos alunos.

Mudança de governo. O governo municipal empossado em 1993, chefiado por Paulo Maluf, começou a retirar o oxigênio do programa, atacando-o em dois de seus pilares: flexibilidade e participação comunitária. Segundo os novos dirigentes educacionais, o Mova não estaria cumprindo as normas fixadas pelas autoridades no que se refere ao número de horas e dias letivos necessários para o reconhecimento de escolaridade, e o recurso a monitores leigos não se justificaria em uma cidade que dispõe de professores habilitados.

O que parece constituir preocupação mais sensível do novo governo, entretanto, é o fato de o Mova ser identificado como “um programa do Partido dos Trabalhadores”. Em documento distribuído à imprensa, o atual governo considera que “foi o objetivo político-partidário que conduziu à institu-

VERBA PARA ALFABETIZAR

“O prefeito que faz boulevard e viaduto não interessa, porque o que queremos é estudar”.

Foi cantando refrões desse tipo que aproximadamente 2.500 pessoas ligadas ao Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (Mova) realizaram uma das manifestações mais ostensivas contra o prefeito Paulo Maluf. Os manifestantes exigiram que o prefeito mantenha o Mova nos moldes da administração anterior e não altere o seu funcionamento. Os organizadores garantiram que o Mova está sendo boicotado, sem repasse de verbas. A Prefeitura garante que o programa está repleto de irregularidades.

O Mova é um convênio entre a Prefeitura e 75 entidades populares, que atende 18.766 alunos a partir de 14 anos, que cursam da primeira à quarta série.

Fonte: Diário Popular, 13/04/93, SP.

cionalização do Mova, quando as escolas municipais vinham desenvolvendo a educação de adultos com professores habilitados”.

Assim, a Secretaria de Educação vem tentando enquadrar burocraticamente as entidades do Mova nos critérios adotados pelas escolas públicas estatais. Os convênios não estão sendo renovados. Mantida tal política, ao final de 1994 o programa praticamente deixa de existir como parceria entre governo municipal e sociedade civil.

Impasses e perspectivas. Com o virtual rompimento da parceria com o governo municipal, a ação alfabetizadora empreendida pelas entidades articuladas em torno do Mova enfrenta dificuldades de sobrevivência. Não é fácil encontrar fontes alternativas de recursos

para manter ou recuperar as quase mil classes que funcionavam ao final de 1992.

Garantir a sustentação das classes de alfabetização é, entretanto, apenas uma parte do problema. A outra é atacar as debilidades que coexistem com os aspectos inovadores do programa, dentre as quais duas são de especial importância.

O recrutamento de monitores no interior dos movimentos e organizações comunitários é característica inerente a programas educativos como o Mova, o que impõe a formação permanente e sistemática desses educadores. O dilema de optar entre “professores habilitados” e “professores leigos comprometidos com o movimento” soa falso. É preciso desenvolver a dimensão de ensino (com todas as necessidades aí implicadas) articuladamente à dimensão de ação cultural e política intrínsecas a todo movimento comunitário.

Enquanto mobiliza condições de sobrevivência, o Mova precisaria ir além da prestação de um serviço educacional, ampliando seu horizonte para a ação cultural no campo da educação em seu conjunto. Isso implica não só qualificar o seu próprio atendimento — mantendo as características de flexibilidade, capilaridade e sentido comunitário —, mas problematizar o serviço educacional público como um todo.

Esse é o desafio posto às entidades comunitárias que se propõem enfrentar, criativamente e com os meios ao alcance, a superação do analfabetismo e a democratização do acesso à educação básica.

Orlando Joia é assessor do Programa Educação e Escolarização Popular (CEDI).